

Edital de 1ª e 2ª Praça Eletrônica do Imóvel e para intimação do executado: **Loreta Guanciale, CPF: 450.297.768-34**, acerca das praças eletrônicas designadas, expedido nos autos da **Ação de Cobrança em fase de cumprimento de sentença**, proposta pelos exequentes: **Condomínio Edifício Residencial Miosótis, CNPJ: 00.034.683/0001-06; Processo nº 0013043-74.2017.8.26.0562**. O Dr. Frederico dos Santos Messias, MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC. **Faz saber** que por meio do *website*: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), sistema do gestor judicial ALIENAJUD - Alienações Eletrônicas de Ativos Ltda., levará a praça para venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a **1ª (primeira) Praça terá início dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2018, às 14:00 horas e término no dia 01 (um) de março de 2018, às 14:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a **2ª Praça** que se encerrará no dia **21 (vinte e um) de março de 2018, às 14:00 horas** ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizados para intimação pessoal. **IMÓVEL: Apartamento sob número 52, localizado no 5º pavimento, do “Residencial Miosótis”, sito à Praça Palmares, n.º 08, contendo sala, hall de circulação, três dormitórios, sendo um suíte, banheiro social, cozinha, área de serviço, lavanderia e W.C., confrontando pela frente com hall de circulação do pavimento, por onde tem sua entrada, elevador social, escadaria e apartamento de final “3”, de um lado com o apartamento de final “1”; de outro lado com a área de recuo lateral esquerda do prédio; e, nos fundos com a área recuo fronteira à Praça Palmares; tendo a área útil de 92,7025m², área de garagem 12,50m², área comum de 36,2415m², no total de 141,4440m², pertencendo-lhe tanto no terreno como nas demais coisas de uso comum, uma fração ideal de 2,61% do todo. Cabendo ao referido apartamento o direito de uso de uma vaga na garagem demarcada do prédio. Imóvel objeto da matrícula n.º 60.076 junto ao 2º Oficial de Registro de Imóveis de Santos. Cadastrado pela Prefeitura Municipal sob n.º 57.030.012.018. A avaliação do bem atualizada para novembro/2017 é de R\$ 466.101,14 (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e um reais e quatorze centavos). ÔNUS DO IMÓVEL:** Constam ônus na matrícula do imóvel: **R.4** O imóvel foi hipotecado à Companhia Real de Crédito Imobiliário; **R.5** Averbação para ficar constando a penhora de 50% do imóvel nos autos da Ação de Execução Fiscal (Proc. 9802012114) em trâmite perante a 6ª Vara Federal de Santos/SP que INSS move em face de Cimar Transportes e Serviços Ltda; **R.8** Averbação para ficar constando a penhora do imóvel nos autos da Ação de Procedimento Ordinário (Proc. 26/2000) em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Santos/SP que Cond. Edif. Miosótis move em face de Virgílio Brasilio Basseto e outra; **Av.15** Averbação para ficar constando a penhora do imóvel nos autos da Ação Trabalhista (Proc. 01498006619975020442) em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de Santos/SP que Jansen Roberto Martins de Carvalho move em face de Loreta Guanciale. **DAS CONDIÇÕES:** As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRONICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter "*ad corpus*", ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante. **DO PAGAMENTO DO LANCE:** O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado. **DA COMISSÃO DEVIDA AO GESTOR JUDICIAL:** A comissão do gestor judicial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da

arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao gestor judicial deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica condicional, por meio de boleto bancário do gestor judicial, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do gestor, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do gestor judicial, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo. **DÉBITOS DESTA AÇÃO:** Os débitos totalizam o valor de **R\$ 43.879,83 (quarenta e três mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos)** atualizados até **novembro/2017**. **DÉBITOS DO IMÓVEL:** Consta débitos relativos à IPTU, cujo número de lançamento na Prefeitura Municipal de Santos é **57.030.012.018** no valor de R\$ 77.385,62 (setenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) atualizado até fevereiro/2018. Nos termos do § Único do art. 130 do CTN, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação. Os débitos anteriores à arrematação ficarão sub-rogados no preço pago pelo Arrematante. O arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse. Dos autos não consta recurso ou causa pendente de julgamento. Outras informações podem ser obtidas no *website*: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), ou, ainda, solicitadas por e-mail encaminhado para [contato@alienajud.com.br](mailto:contato@alienajud.com.br) ou pelos telefones (13) 3224-3694 ou 3221-8692, ou pessoalmente no escritório do gestor judicial, situado na Rua Castro Alves, nº 118, Fundos, em Santos/SP. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi

**Dr. Frederico dos Santos Messias**  
**Juiz de Direito**